

PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Nº 27 - ANO 4 - MARÇO DE 1997



**NEM PARAÍSO,
NEM INFERNO:
A RIO+5 E
O MUNDO
PÓS-92**

**DOENÇA DOS
YANOMAMI
APARECE
EM GOIÁS**

**ITR EQUIPARA
FLORESTA
A TERRA
IMPRODUTIVA**

**HOTSPOTS:
OS REIS DA
DIVERSIDADE
BIOLÓGICA**

Maurice Strong, organizador
da Rio+5 e secretário-geral
da ECO-92



CADÊ AS PARCERIAS?

SUMÁRIO

- 2 Diálogo truncado
Cartas
- 3 Rio+5: o Mundo
entre o otimismo e
o pessimismo
- 6 Alta Costura
Os pontos
quentes da Terra
- 7 Conhecimento
potencializa o
valor da
biodiversidade
Surpresas na
venda da Vale
- 8 Garimpeiros
levam doença
dos Yanomami
para Goiás
- 9 Tuberculose
cresce no
Rio Negro
Coluna Ponto Doc
- 10 O ITR
improdutivo
Riscos ambientais
na privatização
- 11 Zulauf, tocando
o lado verde
do caos urbano
- 12 Reservas do
imaginário
Agenda

FECHAMENTO
DESTA EDIÇÃO
25/03/97

Os artigos assinados não traduzem, necessariamente, a opinião do Instituto

As políticas para o meio ambiente dispõem de mecanismos consolidados para a partilha das decisões entre governos (federal e estaduais) e sociedade civil (empresários, ONGs, instituições de pesquisa), como é o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), composto de 66 membros, sendo 26 do governo federal, 24 dos estados e o Distrito Federal, quatro do empresariado e 12 das ONGs e da sociedade civil. Há também os Consemas, instâncias correspondentes ao Conama no âmbito dos estados. Eles compõem um sistema legalmente constituído, com papel importante nos processos de normatização das políticas do setor. Também são reconhecidos pela sociedade civil e pelos demais setores interessados como fóruns democráticos, mas que precisam ser reformulados para que sejam capazes de cumprir plenamente suas funções.

A anunciada disposição programática do atual governo de estabelecer parcerias com a sociedade civil, como opção estratégica frente à necessária reforma do estado, foi muito bem recebida pela sociedade em geral e gerou a expectativa de que instâncias como o Conama seriam fortalecidas e que outros espaços de interlocução e participação seriam incentivados.

Porém, recentemente, uma série de iniciativas do governo para as políticas de meio ambiente tem indicado o rumo contrário. O primeiro sinal, que parecia isolado, foi a criação da Câmara de Políticas dos Recursos Naturais, incumbida de formular e implementar políticas relacionadas aos recursos naturais, função que se inclui entre as atribuições legais do Conama. Composta exclusivamente por ministros de Estado, ela não inclui representações da sociedade. Até poderia ser o caso de o governo dispor de instância própria, voltada para a articulação de suas ações para o setor, inclusive para organizar as suas intervenções no Conama, mas não para esvaziá-lo e para substituí-lo.

Agora, com vistas à Rio+5, o governo federal criou a Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, responsável pela implantação das decisões da ECO-92, mas que não disporá de poderes deliberativos e estará subordinada à Câmara de Políticas de Recursos Naturais. É uma versão empobrecida do Conselho de Desenvolvimento Sustentável, concebido com ampla participação da sociedade civil e cuja criação parece ter sido abandonada. Isso porque, embora estejam previstas representações das ONGs nessa comissão, elas deverão ser indicadas pelo governo e não pelo próprio movimento.

Em fevereiro, uma portaria interministerial criou um grupo de trabalho objetivando integrar esforços entre os ministérios do Meio Ambiente e da Indústria e do Comércio com as organizações

empresariais da Amazônia Legal, no qual não se prevê a participação de ONGs e de movimentos sociais, apenas as representações dos empresários.

Não estão claras as motivações do governo ao adotar estas iniciativas excludentes. Haverá alguma avaliação política negativa em relação ao desempenho das ONGs? Alguma intenção de monopolizar as agendas? Algum ressentimento em relação ao Conama? Preocupação com intervenções críticas por parte das ONGs? Seja como for, este processo tem gosto de retrocesso.

O ISA espera que esta tendência excludente seja revertida. Temos nos manifestado criticamente em relação a vários episódios recentes, como o que envolveu a tentativa de se reduzir a abrangência do conceito de Mata Atlântica, mas também não temos nos furtado a expressar elogios às medidas governamentais que representam avanços, como as adotadas no caso da exploração predatória do mogno e da ampliação da reserva legal das propriedades situadas em áreas de floresta na região amazônica.

O ISA se dispõe, como sempre, e a exemplo de outras ONGs, a discutir a questão com as autoridades, mas considera fundamental que o governo tenha uma política positiva para o Conama, que se encontra praticamente inativo há vários meses, sob a alegação de que não há pauta relevante que justifique a sua convocação. As pautas estão aí, a motivar as mencionadas iniciativas. Da mesma forma, estamos dispostos a discutir a questão da participação das ONGs em outras instâncias de governo e a ouvir as eventuais restrições que o governo tenha em relação a esta participação. ■



FLONAS E ITR

Gostaria que o *Parabólicas* incluísse um artigo sobre o projeto do Ibama de liberar ao setor privado a exploração florestal nas Florestas Nacionais Amazônicas. Tal idéia é absurda, considerando-se a ínfima porção do território nacional representado pelas UCs e o estado de completa inoperância do Ibama para fazer frente ao desmatamento e queimadas. Outro tópico merecedor de uma matéria seria a análise do impacto adverso que a recente medida provisória sobre terras improdutivas passíveis de reforma agrária poderá ter sobre o meio ambiente.

Marcelo Morgado
Centro de Amigos da Natureza,
São José dos Campos (SP)

Marcelo, seus desejos foram atendidos. Leia sobre o ITR nesta edição e sobre as Flonas na próxima.

ESCREVA PARA: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
PARABÓLICAS - SEÇÃO CARTAS
AV. HIGIENÓPOLIS, 901
CEP 01238-001 SÃO PAULO - SP - BRASIL

RIO MAIS OU MENOS

REGINA SCHARF

O Mundo melhorou e piorou. Os últimos cinco anos não passaram em vão

De 1992 para cá, o Brasil teve oito secretários nacionais ou ministros do Meio Ambiente. Entretanto, foi o aquecimento econômico, mais do que as variadas políticas de governo, que promoveu o sobe-e-desce louco das taxas de desmatamento da Amazônia. Primeiro elas caíram à metade. Depois, nos últimos dois anos, voltaram a crescer. Hoje o Brasil corta 1,2 milhão de hectares de florestas: um Líbano por ano.

O crescimento demográfico, outro vilão apontado na Conferência do Rio, também teve um comportamento ambíguo desde então. O planeta mudou de cara e ganhou meio bilhão de bocas extras desde 1992, quadruplicando a população do começo do século. Entretanto, segundo o Worldwatch Institute, o ritmo do crescimento populacional caiu em países em desenvolvimento, graças ao controle da natalidade e o apoio à educação da mulher, sobretudo no Brasil, na China e na Indonésia.

Em outras palavras: desde a ECO-92, o mega-evento que pretendia revolucionar a vida sobre a Terra, o Mundo melhorou e piorou, não necessariamente nesta ordem. Esta foi a principal conclusão implícita da Rio+5, a conferência extra-oficial internacional organizada pela ONG Conselho da Terra, que reuniu 500 delegados do planeta para fazer um balanço dos frutos da Conferência do Rio, cinco anos depois.

Promovido entre 13 e 19/3 no Rio, o evento teve forte participação empresarial e a presença de apenas 50 ONGs. Como ocorre invariavelmente nesse tipo de encontro, não faltaram números bombásticos para justificar o otimismo ou, com mais frequência, o pessimismo dos delegados participantes. Em meio à dança dos números, um consenso: a ECO-92 foi um grande festival de educação ambiental coletiva. Seus 20 mil participantes tornaram-se embaixadores da boa nova em seus países.

CONSCIÊNCIA E DESINFORMAÇÃO

De fato, o planeta não ficou insensível ao mega-evento promovido pela ONU em 1992. Uma pesquisa do International Environmental Monitor, do Canadá, divulgada durante a Rio+5, indicou que 60% das 25 mil pessoas ouvidas em 25 países estão preocupadas com o meio ambiente, índice superior ao verificado em 1992. A maioria, excluídos os europeus do Leste, colocou a proteção ambiental à frente do crescimento econômico como prioridade.

No Brasil, o quadro é semelhante. O Ministério do Meio Ambiente acaba de divulgar uma pesquisa nacional que ouviu 2 mil pessoas. Ela indica o alto nível de consciência e a absoluta falta de informações do brasileiro. O levantamento detecta uma reverência religiosa frente à natureza, considerada sagrada por mais de metade da população, e uma concepção ecológica que exclui o meio ambiente urbano.

Mais surpreendente: quase dois terços dos entrevistados dizem ser preferível uma melhor qualidade de vida, ainda que isto custe alguns empregos. A maioria (72%) está disposta a separar o lixo para a reciclagem, contra 59% em 1992. Também subiu de 38% para 41% a porcentagem dos que querem reduzir seu consumo de energia. Entretanto, caiu de 14% para 11% o número dos que aceitariam pagar mais por produtos agrícolas orgânicos. Mas o nível de conhecimento praticamente não mudou desde 1992. Enquanto 53% dos entrevistados nunca ouviram falar em efeito estufa, 78% não sabem o que é biodiversidade.

Se houve consenso quanto ao efeito didático da ECO-92, o otimismo não foi unanimidade durante a Rio+5 - longe disso. A opinião mais corrente era a de que pouco se fez nestes cinco anos para tirar do papel



Maurice Strong e Gustavo Krause, na abertura da Rio+5.

os compromissos assumidos em 92. Naquela época, os países ricos brigaram para não terem de patrocinar seus primos pobres. Dos US\$ 600 bilhões anuais estimados necessários para cumprir a Agenda 21, um dos principais documentos da ECO-92, pouco se teve notícia. Segundo o Worldwatch Institute, o Global Environmental Facility (GEF), ligado ao Banco Mundial, que deveria ser o principal financiador da Agenda 21, ficou com apenas US\$ 315 milhões no ano passado, menos ainda que os US\$ 322 milhões de 1992. Aliás, durante a reunião temática sobre o GEF, uma das questões mais discutidas foi a proposta - bem recebida - de se priorizar a destinação de pequenas somas a projetos locais, contra grandes montantes para projetos megalômanos.

TODO PODER À SOCIEDADE CIVIL

É justamente esta participação local, centrada na sociedade civil e nas autoridades municipais, a que parece mais consolidada, embora nem sempre bem articulada. Tanto as reuniões a portas fechadas quanto as manifestações públicas, durante a Rio+5, deixaram claro o quanto se avançou neste sentido. Enquanto muitos municípios e ONGs demonstravam seu fortalecimento e bom nível de informação, apresentando projetos e histórias de sucesso, os governos nacionais trouxeram um discurso quase inócuo. Isto ficou particularmente claro na intervenção do presidente FHC, na véspera do encerramento do encontro.

Numa fala considerada fluente mas vazia, FHC expôs a dualidade entre o local e o internacional, onde se instala o desenvolvimento sustentável. Falou também nas ONGs, cuja relação com o governo "não pode ser nem de rejeição, nem de cooptação". Lembrou ainda a demora na aprovação de uma nova lei no Congresso - de três a quatro anos - ou de um projeto no Banco Mundial - 18 meses. E só.

O presidente esqueceu-se de dizer que acaba de criar uma Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21, às pressas, na véspera da Rio+5. Além de não ter nenhum poder deliberativo, ela restringe a participação das ONGs. FHC também não contou que o governo não produziu documentos próprios, limitando-se a divulgar projetos bem sucedidos da sociedade civil, além de promover um evento paralelo, no BNDES, para pegar carona na Rio+5.

Até Mikhail Gorbachev, que liderou uma das grandes potências mundiais de seu tempo, entregou todo o poder à sociedade civil: "Quando eu era líder da União Soviética, fechei mais de mil indústrias poluentes após manifestações populares, na esteira da *glasnost* (abertura). A população não tem que ficar esperando pelo governo". ■

PAPÉIS AO VENTO

Que fim levaram os principais documentos da ECO-92

Um dos principais documentos aprovados na ECO-92 não tem força jurídica. É a Agenda 21, um programa de ações rumo ao desenvolvimento sustentável. "Ela é um instrumento fundamental para um país que perdeu a capacidade de planejar", explica Aspásia Camargo, secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente. Mas aí vem a pergunta: se é fundamental, por que o Brasil ainda não tem a sua Agenda 21?

Até o ano passado, a maioria dos países e municípios deveria ter feito uma consulta popular para chegar à sua versão personalizada e consensual. Entretanto, apenas 40 países têm sua Agenda 21 nacional. Alguns deles, como a China, têm seus esforços olhados com desconfiança, pois seu processo não foi considerado participativo. Mesmo nos Estados Unidos, o documento ainda não foi bem digerido e incorporado pelas autoridades e a população.

Aproximadamente 1.800 municípios, em 64 países, já têm sua Agenda 21 local. Cerca de 90% deles estão em países ricos. Na Noruega e na Suécia, quase todas as cidades já cumpriram a lição de casa. No Brasil, as cidades pioneiras foram Porto Alegre, Santos, Vitória, seguidos por São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. "O caso de Porto Alegre foi considerado exemplar por delegados do Mundo todo", comenta Samyra Crespo, da Comissão Anfitriã da Rio+5. "Vale lembrar que a cidade aumentou 80% de sua área verde nos últimos oito anos e que a experiência do orçamento participativo, muito elogiada, já está consolidada".

CONVENÇÕES

As Convenções sobre Mudanças Climáticas e da Biodiversidade, os outros dois documentos fundamentais da ECO-92, não entraram na pauta da Rio+5 - se-

gundo as más línguas, excluídas pelos países ricos, que não têm interesse em cumpri-las. Ambas foram ratificadas pelo Congresso Nacional em fevereiro de 1994.

A Convenção do Clima, já ratificada por 120 países, propõe uma redução, até o ano 2000, das emissões de gases promotores do efeito estufa aos padrões de 1990. Só a Inglaterra e a Alemanha cumpriram tais propostas. Os Estados Unidos e os países produtores de petróleo têm prejudicado sistematicamente as negociações. "Para os países ricos, responsáveis por 75% das emissões de gases do efeito estufa, a transformação de sua matriz energética custaria apenas 1% ou 2% de seus PIBs, contra um esforço bem maior, de 8% do PIB, para os países pobres", afirmou, durante o encontro, o ex-ministro José Goldemberg. "Está na hora de estabelecer metas obrigatórias de redução das emissões".

A implantação da Convenção da Biodiversidade, ratificada por 165 países, também é lenta. Faltam-lhe metas e programas específicos. Algumas questões tiveram avanços especialmente lerdos, como a dos direitos de propriedade intelectual, os das comunidades e dos índios.

O Brasil ainda não tem uma regulamentação específica. Projeto de lei da senadora Marina Silva a esse respeito tramita no Congresso. Já não é sem tempo de aprová-lo: as seis Unidades de Conservação da Caatinga, por exemplo, só preservam 0,2% desse ecossistema.

Também evoluiu pouco a discussão do Painel Intergovernamental de Florestas: discute-se se a criação de uma Convenção de Florestas, a partir da Declaração de Florestas, produzida na ECO-92, mas teme-se que ela mine a Convenção da Biodiversidade. Vale lembrar que a Convenção de Florestas só não saiu do forno du-

rante a ECO-92 porque foi contida pelo lobby dos países produtores de madeira.

CARTA DA TERRA

A Carta da Terra, que não foi aprovada na ECO-92 por falta de consenso, só deverá estar pronta depois do ano 2000. Durante a Rio+5, foi produzido um novo rascunho do documento, inspirado na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Ele pretende apresentar os princípios fundamentais para a conduta dos povos com relação à preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sua negociação, durante a Rio+5, não deixou de ser folclórica. A representante da América Latina, a cantora Mercedes Sosa, admitiu publicamente que não esteve na ECO-92 e que não conhecia bem seus documentos. Mesmo assim, insistia que foi um fracasso. "Estou aqui porque sou mulher e mãe, e porque já viajei muito pelo continente", explicava. Já Gorbachev, negociador pela Europa, teve de admitir que condicionou sua presença ao pagamento de US\$ 300 mil a sua ONG, a Cruz Verde. A África ficou pior ainda: o continente foi reunido ao Oriente Médio e representado por uma princesa jordaniana.

"Estamos envolvendo milhares de ONGs e comunidades de base, que assumem uma responsabilidade com relação à Carta da Terra, e é isso que vai torná-la efetiva", declarou Maurice Strong, organizador da Rio+5 e secretário-geral da ECO-92. "O documento tem autoridade própria, não precisa ser aprovado pelos governos". Enquanto a Declaração do Rio, o produto que foi possível produzir na ECO-92, supervalorizava o ser humano - ele é "o centro da preocupação para o desenvolvimento sustentável, tendo direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza" - o novo

rascunho, menos antropocêntrico, declara que "toda forma de vida é parte da natureza e tem um valor intrínseco, independente do valor imediato para a Humanidade". Sua linguagem, entretanto, foi considerada excessivamente romântica, com pérolas como "a proteção da Mãe Terra".

"O esboço final mais parece uma carta de amor, uma coisa assim meio PSDB", resume Roberto Guimarães, assessor do Fórum Brasileiro de ONGs. "Embora não seja impositiva em si mesma, a Carta deve inspirar as leis nacionais, criar jurisprudência. Ninguém pode se dar ao luxo de ignorá-la. Por isso mesmo, seu texto precisa ter um perfil legal".

O novo rascunho deverá ser discutido por entidades do mundo todo até junho de 98, quando será encaminhado para a ONU, onde voltará a ser burilado e discutido. Só então será submetido aos governos do Mundo.

Além do novo esboço para uma futura Carta da Terra, a Rio+5 tentou produzir um documento elaborado pelos delegados dos cinco continentes com recomendações para a sessão especial das Nações Unidas, em junho, que fará a revisão oficial da ECO-92. Entretanto, o documento final apresentado pelo Conselho da Terra, que deveria sintetizar as posições regionais, foi amplamente rejeitado, chegando a ser rasgado em público, por não apresentar qualquer fidelidade aos documentos parciais, dos quais deveria ser a síntese. Ele introduzia, por exemplo, o conceito de *ombudsman* do desenvolvimento sustentável, um conceito tirado da cartola, ausente das discussões. "O documento era genérico e não refletia a riqueza das discussões", avaliou Roberto Guimarães. Nos próximos dias deve ser produzido um novo documento final - daqui melhor que o primeiro. ☐

O FUTURO É COR-DE-ROSA

"Só os ambientalistas ingênuos poderiam acreditar que o desenvolvimento sustentável rolaria em apenas cinco anos e eles são cada vez mais raros", afirma Samyra Crespo, da Comissão Organizadora da Rio+5.

"A ECO-92 fixou o conceito de que a ação deve ser global, não apenas nacional. Ela também ampliou a participação da sociedade civil e das comunidades na tomada de decisões e promoveu uma maior cooperação Norte-Sul", resume Elizabeth Dowdeswell, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Para Yolanda Kakabadse, da ONG IUCN, "depois da ECO-92, questões como a preservação de florestas ou dos recursos costeiros passaram a integrar, pela primeira vez, as agendas de governo. Os líderes acabaram adotando conceitos de sustentabilidade em suas políticas, bem como a idéia de que não se pode trabalhar só, mas sim através de acordos bi e multilaterais de desenvolvimento. Conseguimos muito nas interrelações dos vários setores, o que mostra que todos têm consciência de sua co-responsabilidade".

"Nos últimos dez anos, dobrou o número de projetos para a proteção da biodiversidade no Brasil e quadruplicou o valor investido (descontado o auto-financiamento), embora apenas 20% da demanda esteja sendo atendida", disse Braulio Souza Dias, do Programa Nacional de Diversidade Biológica (Pronabio), ao programa *Gaúcha Ecologia*, da Rádio Gaúcha.

O Ministério do Meio Ambiente contabilizou, nos últimos anos, um acordo com o Global Environmental Facility (GEF), para repasse de US\$ 30 milhões para o Pronabio. Outros US\$ 47 milhões do GEF foram prometidos para o projeto de corredores ecológicos que está sendo implantado pelo Ibama na Amazônia e na Mata Atlântica. O Programa-Piloto de Florestas Tropicais do G-7 (PPG-7) também tem financiado vários projetos na Amazônia e na Mata Atlântica. Mas o que o Ministério não diz é que o Brasil não conseguiu nenhum financiamento novo desde a ECO-92. Os recursos do GEF, por exemplo, já estavam acordados desde 1991. Já os do PPG-7, propostos em 1990, previam, originalmente, US\$ 1,6 bilhão, derubado, depois da Conferência do Rio para US\$ 250 milhões. Destes, só chegou a metade.

"O mercado americano de produtos orgânicos já é de 3%, e prevê-se que chegará a 30% na próxima década. A adubação verde, com o plantio de leguminosas para a fixação de nitrogênio no solo, por exemplo, está se expandindo rapidamente no Sul do País. Mesmo em São Paulo, plantadores de cana estão aprendendo a plantar nos intervalos entre os pés feijão e girassol, adotando um sistema diversificado de produção que protege a terra", afirmou o agrônomo Eduardo Ehlers, em evento promovido pela Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo. ☐

NUVENS NEGRAS SE APROXIMAM

"Desde a ECO-92, fez-se muito pouco, mas o que se fez é irreversível", resume o ministro Gustavo Krause.

"Se continuarmos no ritmo de crescimento atual, a terra acabará aprendendo a viver sem nós. Em 40 anos as mudanças promovidas pelo Homem na biosfera serão irreversíveis. Vejo drama à nossa frente", disse o ex-líder soviético Mikhail Gorbachev, que veio à Rio+5 com um discurso bastante catastrofista.

"Meu trabalho é um fracasso, porque as condições ambientais estão piores do que quando começamos, em 1972. Apesar dos esforços, estamos perdendo a guerra do desenvolvimento sustentável", afirmou Maurice Strong. "Nosso grande desafio é modificar ou reinventar a civilização industrial. Mas

há poucos indicadores de uma mudança de direção".

Mais de 1,5 bilhão de pessoas não têm acesso à eletricidade e 2 bilhões ainda alimentam seus fornos com madeira. A informação é da Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Os combustíveis fósseis geram 76% da energia primária mundial. Subsídios governamentais para sistemas energéticos convencionais são de cerca de US\$ 300 bilhões anuais. "A energia sustentável pode ser usada como instrumento para a criação de empregos rurais - através da bioenergia, por exemplo - e as novas tecnologias oferecem novas oportunidades de serviços energéticos melhores e mais baratos", afirmou Thomas Johansson, diretor do Programa de Energia e Atmosfera do Pnud, em relatório divulgado na Rio+5. "A energia eólica já está tecnologicamente pronta para ser usada como uma grande opção na geração de eletricidade".

"Uma proposta badalada durante a ECO-92, a taxa sobre o consumo de petróleo e outros combustíveis, não foi para a frente porque exigia um consenso entre todos os países, para que os que não a adotassem não tivessem vantagens competitivas. Como o consenso não foi possível - a Inglaterra, por exemplo, negou-se a apoiar a Comunidade Européia nesse sentido -, a iniciativa acabou abandonada", afirmou o ex-ministro José Goldemberg. "Apesar de se falar, desde 1972, que as mudanças climáticas vão esfriar a economia americana, os EUA só reservam 2% do seu PIB - US\$ 100 bilhões - para ações na área ambiental, o que demonstra seu total desinteresse".

Claudionor Barbosa, presidente do Grupo de Trabalho da Amazônia, diz que o extrativismo estagnou. "Hoje, o seringueiro vende mais e ganha menos, devido ao grande ingresso de borracha malaia no País".

"Houve uma sensível diminuição dos recursos da cooperação internacional, desde 1992", afirmou Diomar Silveira, do Conselho da Terra, a ONG organizadora da Rio+5.

Segundo Pedro Ivo, do setor de Meio Ambiente da CUT, aumentou visivelmente o número de casos de doenças do trabalho desde 1992. ☐



O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTÁ EM ALGUM LUGAR, ENTRE O OTIMISMO DE UNS E O PESSIMISMO DE OUTROS

• **Esvaziamento** - O baixo cle- ro amazônico teve mais uma vitória no Congresso Nacional. Numa iniciativa para esvaziar a Comissão de Meio Ambiente, acaba de ser criada uma Comissão de Assuntos Amazônicos, ampliando a burocracia e os riscos da tramitação. Se não bastasse, a Comissão de Meio Ambiente passa a ser presidida pelo deputado Ricardo Izar, do PPB paulista.

• **Amigo do alheio** - A EPA - a agência ambiental americana - acaba de divulgar uma lista de seis defensivos agrícolas orgânicos aprovados no fim do ano. Um deles, para dar cabo de baratas, foi batizado de Daza e é derivado de um produto extraído de uma árvore nativa da Índia e de Mianmar. "Este é um ato de biopirataria explícita em relação aos recursos genéticos alheios", protesta David Hathaway, especialista em acesso aos recursos genéticos. Outro produto aprovado é uma forma de milho transgênico, da Monsanto, um produto que está sendo amplamente combatido na Europa porque a uniformização genética das sementes aumenta a produtividade mas deixa o campo vulnerável a novas pragas. A EPA, entretanto, não deixa isso claro na divulgação do novo milho.

• **Não erre de montanha** - Se você quiser ir ao Pico da Neblina, não siga as indicações da Agenda Amazônia 21, recém-lançada pelo governo federal. Prefira o Guia Quatro Rodas. Do contrário, você irá parar no Monte Roraima, a 800 km de distância.

• **Estado(s) patético(s)** - O órgão ambiental da Venezuela, que mantém dois parques nacionais no território Yanomami, na fronteira com o Brasil, dispõe do dobro de funcionários que o Ibama tem do lado de cá, para gerir o Parque Nacional do Pico da Neblina. Lá, alocados na cidade de San Carlos, são dois funcionários. Cá, baseado em São Gabriel, um só.

• **Reinvasão** - Um mês depois de uma ampla operação de desintrusão promovida pela Funai, o Ibama e as polícias Federal e

Estadual, a Terra Indígena Sararé, perto de Cáceres (MT), está sofrendo nova invasão de garimpeiros. Dezenas de dragas já se instalaram em dois garimpos e outras estão a caminho. Na cidade vizinha de Pontes e Lacerda, está sendo organizado um movimento de retorno em massa dos invasores para a Terra Indígena. Em 26/2, um grupo de oito Nambikwara e sete funcionários da Funai localizaram 40 garimpeiros e apreenderam seus equipamentos, inclusive um trator. Entretanto, foram obrigados a devolver o material, sob a ameaça dos garimpeiros, fortemente armados.

• **Conflito** - O clima está pegando fogo entre os Waimiri-Atroari e a Papanapanema, dona da mina de Pitanga, em Presidente Figueiredo (RO). Os índios prometem colocar 200 guerreiros armados com flechas com pontas de ferro para enfrentar a mineradora, se ela insistir em construir uma estrada que passe fora da área indígena, só para não ter de pagar aos índios pelo uso de uma via que já existe, mas que está dentro de suas terras.

• **Nova Resex** - Foi publicado no Diário Oficial da União, em 5/3, decreto presidencial que cria a primeira Reserva Extrativista no Estado do Amazonas - a Resex do Médio Juruá, com 253 ha, em Carauari, para garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população local.

• **Equívoco do DNPM?** - Apesar de ainda não ter sido aprovada a lei que regulamenta a mineração em Terras Indígenas, o DNPM outorgou seis alvarás de pesquisa de ouro na Área Indígena Arara do Rio Branco, em Aripuanã (MT), cuja demarcação foi homologada por FHC em dezembro. Três dos alvarás saíram em nome da Mineração Tanagra e três para a Mineração Itajobi. Dois destes alvarás incidem totalmente dentro da Terra Indígena, e quatro parcialmente.

OS POUCOS DONOS DE MUITO

A ONG Conservation International, que ganhou as manchetes brasileiras por motivos mais mundanos, ao trazer o ator Harrison Ford para a Bahia e o Pantanal, acaba de divulgar um estudo de fôlego que indica os "pontos quentes" da biodiversidade mundial. O "Global Hotspots Map" revela, sobretudo, que apenas 1,4% da superfície seca da Terra detém mais de metade da biodiversidade do planeta. E esta porção ínfima é, como se pode imaginar, uma das mais ameaçadas de destruição. "Não estamos pedindo que se concentre a preservação apenas nesses pontos, ignorando o resto", diz o primatologista Russell Mittermeier, presidente da entidade. "Entretanto, a biodiversidade não é distribuída de forma uniforme no planeta e algumas áreas, sobretudo os trópicos, têm uma concentração muito superior. Recomendamos que essas regiões, especialmente ameaçadas, recebam atenção internacional".

Um ecossistema só é considerado um "ponto quente" se tiver um número excepcional de espécies endêmicas e estiver sob grande ameaça. Os 17 hotspots são: a Mata Atlântica, que inclui o Brasil, a Argentina e o Paraguai; o Cerrado brasileiro; a porção tropical dos Andes; a ilha de Madagascar; a região do Cabo da Boa Esperança, na África do Sul; as Antilhas; a região de Sunda Ocidental, que abarca partes da Indonésia, a Malásia e Brunei; Sunda Oriental, na Indonésia; as Filipinas; uma faixa que vai do Panamá, passa pela Colômbia e chega à porção oeste do Equador; as florestas meso-americanas; as ilhas da Polinésia e da Micronésia, incluindo Fiji e o Havai; o sudoeste da Austrália; o leste da região mediterrânea; a região de Ghats ocidental, na Índia, e a ilha de Sri Lanka; a Nova Caledônia e as florestas de Guiné, na África ocidental.

Eles detêm 39,3% das plantas terrestres endêmicas, ou seja, que não são encontradas em nenhum outro lugar. Também apresenta 23,1% dos vertebrados (descontados os peixes), mais de 50% da diversidade terrestre em geral e mais de 75% das espécies consideradas mais ameaçadas. "O mais interessante é que estas áreas possuem solos tão pobres que não permitem qualquer tipo de plantio", diz Mittermeier.

Curiosamente, a Amazônia não faz parte da lista. Isto porque a ONG considera que, em relação aos outros, ela está relativamente protegida. Os hotspots selecionados não têm mais de um quarto de sua vegetação original conservada.

Russel Mittermeier, que apresentou os resultados da pesquisa da Conservation International num evento da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em 1/3, lembra que apenas 1,4% das 100 milhões de espécies que devem existir na Terra são conhecidas e que, só no Brasil, seis novas espécies de macacos foram descobertas desde 1990, o que dá uma dimensão do grau de ignorância reinante. Ele lembra que algumas espécies, como a ave-elefante, que tinha quase meia tonelada e vivia na ilha de Madagascar, foram extintas antes mesmo que se obtivesse informações mais precisas a seu respeito.

Durante o evento promovido pela SMA-SP, o almirante Ibsen Câmara, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, afirmou que apenas 1,5% das extensões originais da Mata Atlântica e do Cerrado - os dois hotspots brasileiros - estão preservados em Unidades de Conservação. No caso da Mata Atlântica, ele só levou em conta as UCs de uso indireto, ou seja, aquelas onde a influência humana é limitada. (RS) ☐

BIODIVERSIDADE: TER, SÓ, NÃO BASTA

CLAUDIO VALLADARES PÁDUA

Só quem conhece a fundo seus recursos naturais chegará ao desenvolvimento

Qualquer país que busque seu desenvolvimento econômico nesse mundo globalizado e dominado pela ideologia neoliberal deve entender que uma mudança de paradigma está ocorrendo na economia internacional. Quem não se adaptar rapidamente estará provavelmente fadado a mais uma era de subdesenvolvimento.

Os ventos ascendentes sopram para quem se concentra no conhecimento, e não nos seus recursos naturais, para atingir objetivos desenvolvimentistas. Os setores mais dinâmicos da economia mundial são os que utilizam o conhecimento intensamente: biotecnologia, informática, mercado financeiro e comunicações. Com baixíssimo uso de recursos naturais, são os que mais crescem nas nações industrializadas.

Qualquer país que queira chegar ao desenvolvimento tem que procurar um caminho para tornar-se rico em conhecimento. Não é à toa que essa é a política desenvolvimentista dos Tigres Asiáticos, países que tiveram um crescimento extraordinário nos últimos 30 anos pela formação de capital humano e exportação de

produtos ricos em conhecimento, como os eletrônicos.

Já a América Latina e a África continuam insistindo em basear seu crescimento econômico no uso e na destruição da biodiversidade. O Brasil está entre esses países que parecem não ter se apercebido do novo paradigma. Junto com a Colômbia, México e Indonésia, é um recordista da biodiversidade e sempre se gabou de seu volume de recursos naturais.

Essa riqueza é realmente extraordinária. O Brasil possui o maior número de espécies do mundo, inclusive o maior número de angiospermas e anfíbios, o segundo maior de mamíferos e o terceiro de aves. Além disso, a maioria das espécies é endêmica. Elas só são encontradas em nosso país. Todavia, toda essa biodiversidade vem sendo exterminada nesses quase 500 anos de História.

Desde o começo da colonização, quase sempre se optou pela exploração de um recurso até seu esgotamento ou, alternativamente, pela troca de toda uma biodiversidade por monoculturas - geralmente com espécies exóticas. A exploração, até o esgotamento, do

pau-brasil, do mogno, da virola, dos jacarés, ou os ciclos econômicos de substituição de ecossistemas nativos por monoculturas, como a da cana-de-açúcar, do café, da soja, são exemplos de políticas de desenvolvimento inimigas mortais da biodiversidade.

Ocorre que os nossos recursos naturais desaparecem rapidamente e nosso desenvolvimento caminha lentamente, enquanto que nos países que adotam o desenvolvimento baseado no conhecimento a situação é inversa. Se o Brasil tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,75, todos os Tigres Asiáticos estão acima de 0,85. Enquanto o crescimento do PIB brasileiro foi de 1,1% de 1985 a 1992, na Coreia do Sul ele foi acima de 9,0% e nos outros países do grupo esteve sempre acima de 6,5%. Apenas 23% dos jovens brasileiros com idade entre 15 e 19 anos estão matriculados no 2º grau. Na Coreia do Sul, eles são 94% e, em Taiwan, o índice é de 91%.

O pulo para um futuro melhor pode estar numa política desenvolvimentista que combine conhecimento com biodiversida-

de. Se explorar não dá muito certo, quem sabe conhecer dará?

Em 1994, o governo brasileiro criou o Programa Nacional da Biodiversidade (Pronabio). Se fizermos imediatamente um investimento de grandes proporções nesse programa, teremos, em curto espaço de tempo, a formação de pessoal especializado e pesquisas que aumentem o conhecimento sobre a nossa biodiversidade. É claro que, em um país com dimensões continentais, esse programa teria que juntar esforços de museus, universidades, ONGs, órgãos governamentais e outras instituições do ramo. Assim, garantiríamos a rápida inclusão do conhecimento de nossa biodiversidade na política nacional de desenvolvimento. Só assim vamos passar de exportadores de recursos naturais que promovem a extinção das espécies e a degradação do meio ambiente a utilizadores racionais do conhecimento sobre essa biodiversidade que deve ser conservada para as futuras gerações de um novo Brasil. ☐

Claudio Valladares Pádua é professor da UnB e diretor do IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas.

VALE TUDO

Às vésperas do leilão da CVRD, não param de estourar novidades. O *Correio Braziliense*, por exemplo, acaba de revelar a existência de um relatório confidencial da extinta Nuclebrás indicando que há milhares de toneladas de urânio na região das minas Cobre-Salobo, na Serra dos Carajás (PA). Só para lembrar: a exploração de minerais nucleares é monopólio da União, não pode ser privatizada.

Isso não é nenhuma novidade para os vizinhos da mina, os índios Xikrin do Cateté - e não, como diz o *Correio*, os índios Gavião de Mãe Maria. O Projeto Cobre-Salobo desenvolve-se na Floresta Nacional do Tapirapé, que é contígua à Terra Indígena Xikrin do Cateté e à área do Projeto Carajás. Em 1993, assessorados pelo Núcleo dos Direitos Indígenas, instituição que requisitou uma Audiência Pública para avaliação do EIA-Rima do projeto, eles denunciaram a existência de minerais radioati-

vos na região e seus possíveis impactos. Misturados ao cobre extraído da mina foram encontrados uranita e pechblenda, além do gás radônio.

Aliás, esta mesma região anexa ao Projeto Carajás foi objeto de um decreto do presidente FHC publicado no Diário Oficial da União no dia 7/3. A decisão reafirma a concessão dada à Vale de uso gratuito e por tempo indeterminado de uma gleba de 411 mil ha, em Parauapebas (PA) - um presente para quem comprá-la. O decreto conclui um processo pendente desde 1986, quando o Senado baixou uma resolução nesse sentido, e aguardou por mais de uma década a benção de um presidente da República. Seu lado bom está na imposição à concessionária de zelar pela defesa do ecossistema, a conservação dos recursos hídricos e o amparo às populações indígenas, obrigação esta que será transferida para seus compradores, após a privatização. ☐

Garimpeiros levam doença exclusiva dos Yanomami para Goiás

A Fundação Nacional da Saúde (FNS) acaba de localizar um novo foco de oncocercose no município de Minaçul, em Goiás, às margens da recém-inundada represa da usina de Serra da Mesa. A notícia só não foi divulgada porque o órgão está realizando os últimos testes para confirmar que se trata mesmo da doença. Segundo Antonio Carlos Silveira, responsável, na FNS, pelo setor de controle de doenças transmitidas por vetores, a doença provavelmente teria sido levada para Goiás pelos garimpeiros, notórios por sua grande mobilidade.

A oncocercose, doença africana por excelência, no Brasil sempre esteve restrita à Área Indígena Yanomami, onde cerca de 25% da população é portadora. Em algumas aldeias, como a Xitei, quase 100% da população é portadora do nematóide, que causa lesões na pele, pode levar à cegueira e é transmitido por um borrachudo. Agora, devido às constantes invasões da reserva por garimpeiros, a oncocercose está extrapolando os limites da Amazônia e pode expandir-se pelo resto do Brasil. Pelo menos as fronteiras amazônicas já foram ultrapassadas.

Velha conhecida dos Yanomami, a oncocercose parece só ter sido descoberta pela Imprensa nos últimos meses. Isso porque o próprio Ministério da Saúde só começou a combatê-la três anos atrás. "Estamos ministrando um tratamento por via oral, que deve ser tomado uma vez por ano, por dez anos, mas isso é muito difícil porque os Yanomami são nômades", explica Silveira, cujo setor obteve R\$ 260 milhões orçamentários no ano passado. Além da Área Yanomami e, agora, da Serra da Mesa, só existe mais um foco da doença nas Américas, na fronteira do México com a Guatemala.

Além da oncocercose, a expansão da Doença de Chagas -

uma doença que não existia na Amazônia até os anos 70 - também preocupa. "Estão surgindo os primeiros casos autóctonos, de pessoas contaminadas na própria região", diz Silveira. A maioria ocorre no Pará, pela ingestão de alimentos contaminados. Curiosamente, foram identificados vários casos entre extrativistas de piaçava de Barcelos (AM), porque uma das espécies de mosquitos transmissores vive, justamente, em meio à piaçava.

Silveira garante que, ao contrário do que alardearam os jornais, a malária não está crescendo na Amazônia. Mesmo assim, os números são impressionantes. Até 1995, eram registrados cerca de 550 mil casos novos de malária por ano no País, quase todos na Amazônia. Calcula-se que este número caiu para cerca de 426 mil, no ano passado. Ele

atribui tal queda à estabilização das populações e a uma decisão de governo de concentrar-se mais no diagnóstico e no tratamento do que na caça ao vetor. Entretanto, Silveira admite que há um problema sério em Manaus onde o número de casos saltou de 11.828 para 12.593 de um ano para cá. "A malária é uma doença rural que atinge cada vez mais as cidades, devido à imigração decorrente da desativação de garimpos e a falência de alguns projetos de colonização", diz. Em Manaus, por exemplo, o problema vem sobretudo da periferia, onde os migrantes se instalam, nas franjas da floresta. O avanço da malária, bem como o da leishmaniose tegumentar, está muito ligado ao desmatamento. Outra doença em expansão, a leishmaniose visceral, é rara na Amazônia, sendo encontradas

apenas algumas dezenas de casos em Santarém (PA) e em Roraima, mas está crescendo bastante no Nordeste.

A Aids, que está sofrendo um processo de interiorização no País, começa a ser mais visível na Amazônia. Oficialmente, o Ministério da Saúde registra 1.650 casos na Região Norte, sendo 940 no Pará e 385 no Amazonas. Um dos principais focos parece ser a etnia

fecções de pele e hepatite, dentre outros.

Segundo o antropólogo Renato Athias, coordenador do projeto na Saúde Sem Limites, as doenças, sempre associadas à falta de alimentos, afligem especialmente as crianças, cujo estado costuma ser agravado pelas verminoses. "A situação torna-se ainda mais dramática visto o abandono em que se encontram as áreas visitadas,



Médico da Comissão Pró-Yanomami participa de levantamento de saúde e vacinação.

Tiriyó, que vive no norte do Pará. Em janeiro do ano passado, uma jovem Tiriyó, contaminada pelo marido do Suriname, morreu em consequência da doença. Uma outra índia infectada está internada em Macapá (AP). As universidades federais do Pará e do Amapá estão terminando um levantamento sanguíneo da população.

SEM PROFILAXIA

Um diagnóstico recente da região do alto Rio Negro (AM), realizado no fim do ano passado pela ONG Saúde Sem Limites, mostra, com mais detalhes, o quadro da saúde da Amazônia. A entidade identificou um grande predomínio de doenças infecto-contagiosas, como a tuberculose, a malária, infecções agudas do sistema respiratório e digestivo (como gripes, pneumonias e diarreias), in-

devido à inexistência de um Sistema de Saúde que funcione e que garanta a assistência primária a nível local", afirma. "Tal quadro repete a situação geral da saúde dos povos indígenas a nível nacional, que são, cada vez mais, obrigados a procurar centros urbanos distantes para se tratar. Nesta região, uma consequência direta do abandono é a utilização dos serviços de saúde dos parentes que vivem na Colômbia".

Os poucos hospitais e postos dos centros regionais, mantidos principalmente pelos missionários e pelo Exército, não têm uma preocupação profilática e continuam sendo de difícil acesso à maior parte da população. Uma exceção de qualidade: a vacinação, apesar das dificuldades, tem transcorrido satisfatoriamente, segundo a Saúde Sem Limites. ☒

A tuberculose é um sério problema de saúde pública na região do alto Rio Negro, no Amazonas. Tanto os promotores indígenas de saúde da região quanto o diretor do Hospital Militar de São Gabriel da Cachoeira indicam a alta incidência da doença na área. Pode-se temer que as difíceis condições de sobrevivência dos índios, aliadas ao freqüente abandono do tratamento contra a tuberculose, concorram para a manutenção dessa doença em níveis alarmantes.

A tuberculose não é um problema de saúde recente na região. A primeira menção da doença data do início deste século. Em 1927, o viajante inglês MacGovern indicava-a como sendo comum, ao lado dos reumatismos, das doenças de pele e da malária.

Em 1944, o biólogo italiano Ettore Biocca realizou, a pedido das missões salesianas, uma expedição científica na região do alto Rio Negro para estudar os fatores responsáveis pela alta difusão da tuberculose e para elaborar um plano de luta contra a doença. Na volta, Biocca concluiu que ela era "a doença mais perigosa e difundida. Não existe mais um povoado índio, nas margens dos maiores rios, onde não são encontrados casos de tuberculose. A gravidade, bem como a rapidez do decurso, são espantosas".

Segundo Biocca, sua propagação na região devia-se à falta de isolamento dos tuberculosos nos hospitais das missões; aos internatos escolares que reuniam crianças oriundas de regiões contaminadas e não contaminadas; à aculturação alimentar; à substituição das antigas malocas por casas de barro insalubres. Para combater a doença, ele sugeria a vacinação preventiva de todas as crianças e o isolamento dos doentes. Desde então, os vários hospitais da região passaram a contar com um pavilhão de isolamento e a missão salesiana investiu num plano de vacinação da população. Nos anos 70, um levantamento feito com 500 pessoas da região do rio Tiquié indicou que 87 apresentavam uma reação positiva e 196, uma resposta positiva fraca.

Nos últimos anos, 43 novos casos de tuberculose foram diagnosticados, em média, por ano, no hospital de São Gabriel, que atende entre 22 mil e 24 mil pessoas. Provavelmente o número de casos é muito superior, já que não existe um programa de busca ativa de casos de tuberculose na região.

Tais dados são altamente preocupantes. Segundo o diretor do Hospital Militar de São Gabriel da Cachoeira, esta é a maior taxa de incidência da doença no Brasil.

A falta de alimentos, observada em várias partes do alto Rio Negro, agravada pelo intenso movimento de migração para os centros missionários, que ocorre sobretudo por razões escolares - como o fechamento de internatos das missões salesianas, que obriga os pais a instalarem-se perto dos centros missionários durante o período escolar, para cuidar dos filhos -, criam condições favoráveis para a manutenção da tuberculose num alto nível.

Dadas as relações estreitas entre as condições de vida e a tuberculose, um plano de controle da doença faz-se urgente. O tratamento do doente no próprio povoado é benéfico e evita o abandono por fuga da Casa do Índio ou do hospital. Entretanto, ele exige uma infra-estrutura e pessoal que garantam a continuidade do tratamento. Além disso, deve-se transmitir aos índios conhecimentos sobre a doença, para que eles participem de seu controle epidemiológico. Por fim, é necessário melhorar as condições socioeconômicas da população indígena dessa região. ☒

Dominique Buchillet é antropóloga e pesquisadora da Orstom (Institut français de recherche scientifique pour le développement en coopération).

SÃO PAULO, 10 DE JULHO DE 1562

São Paulo quase foi destruída. Faltou pouco. Em 1554, depois de se consolidarem em São Vicente, Santos e Itanhaém, os portugueses subiram a Serra do Mar e fundaram o arraial de São Paulo de Piratininga e o Colégio de Padres da Companhia de Jesus. Quebraram, assim, o acordo de Martim Afonso de Souza com os tupis, de 1531, que proibía a subida dos europeus para o planalto, sem licença dos índios. Em 1559, as "subidas" eram tantas que o governador do Paraguai mandou uma expedição ao Tietê. Piratininga era uma base avançada para as bandeiras, em cima do planalto.

Diante dos abusos reiterados, em 1562 o chefe Piqueroby reagiu. "Subida a notícia e a verdade da guerra" — conta Anchieta, segundo João Mendes Júnior em Os Índios do Brasil (1912) — "a principal misericórdia de Deus conosco foi mover o coração de muitos índios, dos nossos catecúmenos e cristãos, a nos ajudar a tomar armas contra os seus". Vieram tupis aliados "de sete ou oito aldeias, a meter-se conosco". Entre eles, Tibiriçá, o chefe de Piratininga.

Foram cinco dias de ansiedade. No dia 10, "deram de manhã sobre Piratininga com um grande corpo de inimigos pintados e emplumados, com grandes alaridos, aos quais saíram logo a receber os nossos discípulos, que eram muito poucos, com grande esforço". Durante dois dias, "se encontravam às flechadas irmãos contra irmãos, primos contra primos". As mulheres dos portugueses e os meninos "recolheram-se, a maior parte deles, à nossa casa e igreja, por ser um pouco mais segura e forte, onde algumas das mestiças estavam toda a noite em oração com velas acesas ante o altar".

"Teceram-nos em cerco dois dias, dando-nos sempre combate, ferindo muitos dos nossos índios. Mas ainda que fossem flechadas perigosa, nenhum morreu por bondade do Senhor, pois que se recolhiam à nossa casa, e aí os curávamos do corpo e da alma, e assim fizemos depois, até que de todo sararam". Dos inimigos "foram muitos feridos e alguns mortos, dentre os quais um nosso catecúmeno, que assim nos queria a paga pela doutrina que lhe havíamos ensinado", conta o padre. O índio ingrato.

São Paulo resistiu. "Ao segundo dia de combate, vendo-se muito feridos e maltratados, e perdida a esperança de nos poderem entrar, deram-se a matar as vacas dos cristãos, e mataram muitas, destruindo grande parte dos mantimentos nos campos, e puseram-se a fugir à tarde, com tanta pressa, que não esperavam pai por filho, nem irmão por irmão".

Curioso é que ao desembarcar em São Vicente, Martim Afonso de Souza encontrou João Ramalho e Antonio Rodrigues, "línguas destas terras [intérpretes] já de 15 a 20 anos aqui estantes". Naufrago ou degredado, Ramalho casara com Bartira, filha de Tibiriçá. Era impulsivo e andava nu. Ajudou os portugueses, intrigou-se com os jesuítas e fundou Santo André da Borda do Campo. Rodrigues não se sabe de onde veio, mas tinha temperamento pacífico. Casou-se com Antonia, filha de Piqueroby, e prosperou no porto de Tumiariú. Sua descendência deu nas principais famílias paulistas. Mas foi Piqueroby quem quis destruir São Paulo. E Tibiriçá quem a defendeu.

Era um tempo heróico e chinfrim. ☒

O ITR DA DISCÓRDIA

O Imposto Territorial Rural, reformulado por uma medida provisória em dezembro, foi aplaudido como instrumento poderoso de reforma agrária, mas vaiado por aqueles que temem seu impacto ambiental. A preocupação maior é que ele induza à destruição dos parques remanescentes de florestas nas propriedades rurais, considerados "terra improdutivo" e, portanto, taxados com severidade, até dez vezes mais do que se produzisse.

O ex-presidente do Incra, Francisco Graziano, hoje secretário de Agricultura de São Paulo, foi dos primeiros a se preocupar. "Existe um atraso legal de conceitos, desde os anos 60, que equivale a floresta virgem à terra ociosa", afirma. "Se o imposto ainda não teve maior impacto, três meses após sua implantação, é porque a pecuária já vem em crise há dois anos, de modo que o ritmo de abertura de áreas caiu".

O jurista Edson Facchin, especializado em Direito Ambiental, lembra que tal contradição dos conceitos já existia antes das modificações do ITR, porque nunca houve parâmetros claros que definissem o que é uma terra produtiva. "Seria necessário, inclusive, incluir o parâmetro ambiental

na classificação da produtividade das propriedades", explica.

O macro-fazendeiro Jeremias Lunardelli chegou a declarar que muitos proprietários iriam derrubar parte da mata e plantar capim. Até a Tradição, Família e Propriedade meteu o bedelho, publicando uma página paga no *Correio Brasileiro* onde considerava o imposto ilícito "à luz da doutrina católica".

Na época, para acalmar os ânimos, Aspásia Camargo, secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente, apoiou a iniciativa, por permitir "um enorme salto de qualidade na política ambiental, criando um instrumento fiscal". No texto, ela explicava que "ele trata como área não-tributável as preservações permanentes e as reservas legais, além das que forem consideradas de interesse ecológico pelos órgãos ambientais competentes".

As áreas de preservação permanente são, por exemplo, as escarpas e matas ciliares. As reservas legais, para quem não lembra, devem compreender 80% do imóvel na Amazônia Legal e 20% no resto do País. Elas não são tributáveis - desde que averbadas em cartório. O Incra, a Receita Federal e o Ibama estão, justamente,

em vias de assinar um convênio que vai deslanchar uma campanha de fiscalização para verificar se as reservas legais estão sendo efetivamente preservadas. Quanto às Áreas de Proteção Ambiental, onde as normas de ocupação são relativamente liberais, a gleba só será tributável nos trechos em que houver corte raso.

"O novo ITR não é um motivo a mais para se desmatar, mas sim para que o proprietário se enquadre na legislação", diz Eduardo Freire, diretor de Cadastro Rural do Ministério da Reforma Agrária. Não é bem assim. O grande problema do ITR são as áreas de vegetação nativa de uma propriedade que extrapolam a reserva legal. Assim, um latifundiário de Minas Gerais, que tenha porventura 50% de matas ou cerrado, terá as seguintes opções para os 30% que não integram a reserva legal: ou amplia a área de reserva legal averbada em cartório - o que significa que nunca mais poderá derrubar a floresta -; ou adota o manejo florestal e torna produtiva sua mata, de uma forma racional; ou ainda derruba tudo para plantar ou criar animais. A área de vegetação intocada só é liberada do imposto quando há um compromisso formal explícito de seu

proprietário. Isso, segundo Freire, para que não haja, no futuro, reivindicações de isenção sobre áreas alegadamente preservadas mas, na prática, destruídas. É aí que mora o perigo. "É nessa hora que se separa o preservacionista do especulador", diz Eduardo Freire. "Os proprietários simplesmente seguem suas intenções de origem". Ele diz que não acredita que alguém que nunca tenha desmatado faça isso justamente agora. "Ocupar a qualquer custo não é a tendência". Diga-se, em favor das regras do jogo, que muitas vezes os fiscais fecham os olhos na hora de cobrar o imposto, atitude que teria o poder de tranquilizar os donos de florestas "improdutivas".

Segundo Freire, o que o Ministério verificou nestes dois meses do novo ITR não foi uma onda de desmatamentos, mas sim uma avalanche de proprietários improdutivos querendo vender suas terras, o que, em muitos casos, derrubou os preços à metade dos praticados há dois anos. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas divulgado recentemente confirma: o preço médio do hectare despençou de R\$ 4.170,00, em junho de 1986, para R\$ 1.365,00, no mesmo mês do ano passado. (RS) ☐

PRIVATIZAÇÃO DE ESTATAIS E MEIO AMBIENTE

JOSÉ GOLDEMBERG

Existe uma preocupação generalizada nos países em desenvolvimento sobre os riscos que a privatização traz para o meio ambiente, pelo seguinte: as empresas estatais são, de modo geral, não apenas empresas organizadas para dar lucro mas também agências de desenvolvimento regional. Muitos investimentos não são feitos apenas para melhorar o desempenho financeiro da empresa mas também para atender as populações ou proteger o meio ambiente na área de ação da empresa.

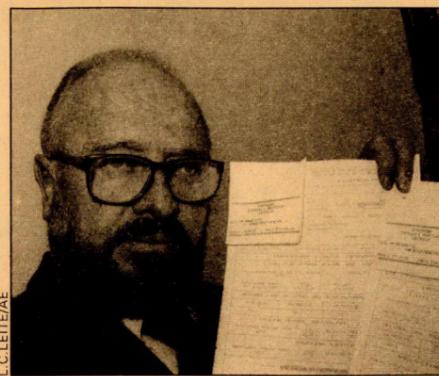
Quando elas são privatizadas, esta função se torna menos prioritária ou desaparece. Quando as leis e agências que protegem o meio ambiente são muito fortes - como acontece nos Estados Unidos - as empresas privadas são obrigadas a se preocupar com o meio ambiente. Este não é o caso nos países em desenvolvimento. Em países como o Chile e a Argentina, onde o processo de privatização avançou mais do que no Brasil, o

que se vê é que a poluição provocada pelas empresas de energia elétrica aumentou porque as opções técnicas feitas por elas visam um retorno mais rápido do capital investido. No Chile, por exemplo, a ênfase passou a ser gerar eletricidade com gás e carvão e não mais com energia hidroelétrica, que é menos poluente. A empresa não viola nenhuma regulamentação ambiental, mas a própria escolha tecnológica determina as consequências que são mais poluição.

Este é o risco das privatizações e o poder público precisa criar instrumentos que levem as empresas privatizadas a fazer escolhas que visem não só o lucro mas também os interesses da coletividade. ☐

José Goldemberg foi reitor da USP e ministro da Educação. Hoje, é professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP.

ZULAUF, ENTRE O VERDE, AS EMISSÕES E O LIXO



Quando se pergunta ao sanitarista Werner Zulauf qual foi a reação dos ambientalistas quando ele aceitou a proposta do então prefeito Paulo Maluf de criar a Secretaria do Verde da Cidade de São Paulo, ele dá uma resposta que vale por um currículo: "Sou um técnico. Nunca articulei para ocupar um cargo na minha vida. Eu sempre fui convidado: pelo governador Paulo Egydio, para ser diretor da Cetesb [a agência ambiental de São Paulo]; pelo governador Franco Montoro, para ser presidente da Cetesb; pelo Fernando Collor, para ser presidente do Ibama. Minha ideologia é a defesa do meio ambiente, que pode ser praticada em qualquer governo". Agora, ao começar seu segundo mandato à frente da Secretaria, ele fala ao *Parabólicas* sobre temas polêmicos, como a incineração de lixo e a fiscalização de emissões veiculares (na foto, Zulauf apresenta os índices de emissão de poluentes de seus próprios carros).

Parabólicas: Qual o seu orçamento deste ano?

Ele é apenas 1% do orçamento da Prefeitura, ou R\$ 60 milhões por ano, sendo R\$ 10 milhões para a folha de pagamento. A manutenção de 31 parques consome a maior fatia. Agora, vamos propor a implantação de mais 20 parques, inclusive a primeira APA municipal, Capivari-Monos. E o Parque do Carmo vai aumentar quatro vezes, chegando a 6 milhões de metros quadrados, incorporando uma APA estadual.

Parabólicas: O senhor acha que fará nesse novo mandato o que não fez no primeiro?

Nos primeiros quatro anos a prioridade era institucionalizar a Secretaria. Ainda falta o Código de Meio Ambiente, que deverá estar aprovado em seis meses. Agora poderemos elencar outras prioridades.

Parabólicas: Há uma certa frustração dos ambientalistas quanto à sua primeira gestão. O Cades (Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), por exemplo, aprovou obras polêmicas propostas pelo prefeito Paulo Maluf, como os túneis sob o parque do Ibirapuera.

O Cades só aprovou o que tinha de aprovar. Não tratamos política mas tecnicamente essa questão. As exigências técnicas feitas já foram em grande parte cumpridas. Aprovamos o EIA-RIMA em tempo recorde, em oito semanas, sem ferir nenhum item do ritual da aprovação. Todas as nossas decisões foram questionadas na Justiça, mas nós fomos vitoriosos em todas.

Parabólicas: E o polêmico projeto de fiscalização de emissões de poluentes dos carros paulistanos? Não deveria começar agora?

Deveria. Entretanto, as empresas que não entraram na licitação pública com regras claramente definidas estão tentando até hoje nos atrapalhar. Na época, foi dada uma liminar para sustar a licitação, mas ela foi cassada pelo Tribunal de Justiça e nós assinamos o contrato com o consórcio de empresas vencedor [comandado pela Vega-Sopave]. Demos, em setembro, a ordem de iniciar os trabalhos agora em fevereiro. Aí, o Tribunal decidiu reestabelecer a liminar. Ora, a licitação já acabou. Mas, ao perguntarmos se poderíamos iniciar a fiscalização, o juiz se declarou incompetente para julgar. Nossos advogados interpretaram que o objeto da liminar já não existe mais e que nós podemos continuar. Obviamente, a guerra vai continuar.

Parabólicas: Outra questão polêmica: a do lixo. O senhor é um entusiasta da incineração, não?

Não sou entusiasta, mas realista. Não tem outra solução. Fui contra a incineração durante anos, enquanto havia a opção do aterro sanitário. Na época, seria absurdo pagar mais para dispor

o lixo, quando havia soluções baratas. Mas hoje as exigências ambientais para os aterros impõem custos operacionais que também são elevados. O incinerador está entre R\$ 20 e R\$ 30 a tonelada, fora a amortização. E o aterro já custa entre R\$ 15 e R\$ 20. Hoje, cada incinerador pode se transformar numa usina termelétrica de 20 megawatts. Em trinta dias darei a licença de instalação do incinerador de Sapopemba e trinta dias depois deverá ser dada a de Santo Amaro, ambos ao lado de aterros desativados. Eles estarão operando em três anos, implantados pela iniciativa privada. Depois de prontos, a Prefeitura vai pagar R\$ 30 por tonelada durante 20 anos de concessão, mais de R\$ 80/ton por cinco anos para amortização do equipamento.

Parabólicas: E não haverá reciclagem?

A reciclagem deverá ser feita de duas formas: haverá mais postos de entrega voluntária e criaremos a coleta seletiva doméstica simultânea de lixo úmido (orgânico) e seco (latas, vidro, plástico, papéis, etc.). Já testamos um caminhão com dois compartimentos separados. O próprio gari saberá distinguir os dois sacos: o primeiro é pequeno, compacto e pesado. O segundo é grande e leve.

Parabólicas: E o senhor acredita que a iniciativa vingará, que as pessoas vão separar o lixo?

Claro, a população está ansiosa por fazer a sua parte. Não adianta fazer uma grande campanha agora porque isto daria uma enorme frustração. Antes teremos de implantar um centro de triagem, por onde o caminhão passará antes de chegar ao incinerador. A matéria orgânica irá para a usina de compostagem e o lixo seco para o incinerador.

Parabólicas: Mas não tem quem compre o material que vai para o incinerador?

Tomara que tenha, mas não tem. A coleta seletiva informal já recolheu a maior parte. Só será triado aquilo para o que existe mercado. O resto vai para o incinerador gerar energia termelétrica. Quanto mais o concessionário triar, mais ele ganhará, porque ele recebe pelo que entra. Você cria um estímulo para a reciclagem, usando as leis de mercado.

Parabólicas: Mas por que o senhor acabou com a coleta que existia na gestão de Luísa Erundina?

Ela não acabou, ela só não foi ampliada. Estacionou em 1% do lixo. O custo deste sistema é um absurdo, cerca de R\$ 400 a tonelada triada, que é vendida a R\$ 40. Mesmo ampliando a escala para toda a cidade e baixando muito o preço da tonelada, com 1,5 ano dos subsídios necessários certamente pagávamos um incinerador. ☐



O Instituto Socioambiental é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. Seu objetivo é defender bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Qualquer pessoa que se identifique com esses propósitos pode tornar-se Sócio Colaborador do Instituto. Maiores informações, escreva para um dos endereços abaixo.

Conselho Diretor
Carlos Frederico Marés de Souza Filho (*presidente*),
Eduardo Viveiros de Castro,
Enrique Svirsky, Minka Bojadsen Capobianco e Neide Esterici

Secretários-Executivos
João Paulo Capobianco
Marina Kahn (Adjunta)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo - SP
tel: 55 11 825-5544
fax: 55 11 825-7861

internet:socioamb@ax.apc.org

SCLN 210, bloco C, sala 101
70862-530 Brasília - DF
tel: 55 61 349-5114
fax: 55 61 274-7608
internet:isadf@ax.apc.org

apoio institucional



RESERVAS AMBIENTAIS, RESERVAS DO IMAGINÁRIO

MARIA RITA KEHL

- Doutor, eu gostaria que o senhor me explicasse prá que serve uma onça pintada?

A pergunta foi dirigida a meu irmão, ardente defensor das causas ambientalistas, pelo barbeiro da cidadezinha do interior onde mora. O cara, exaltado, foi além: uma onça pintada não serve para nada, doutor - a não ser prá comer o gado de uns pobres sitiantes. Não entendo por que esse pessoal da cidade faz tanto barulho quando se mata uma onça.

SE UMA ONÇA PINTADA NÃO TEM MESMO SERVENTIA NENHUMA NESTE MUNDO, O QUE DIZER DE UMA RESERVA ECOLÓGICA INTEIRA?

São terras preciosas para o plantio, ou para empreendimentos turísticos, ou para a implantação de pólos industriais, são milhões de reais - ou de dólares - convertidos em quê? Em mato, doutor. Mato e bicho do mato. Que serventia tem gastar tanto espaço e dinheiro preservando mato?

Nenhuma, eu diria. Colocadas as coisas nesses termos, os termos dos nossos tempos neoliberais, uma reserva ecológica não serve mesmo pra nada. Não dá lucro, não movimentam o mercado, não se compra nem se vende. Uma inutilidade.

Mas tento pensar o contrário - o que seria de nós, num planeta que só refletisse a nossa cara, a cara do homem e de sua civilização? Suponhamos que o problema dos recursos naturais, das chuvas, do clima, se resolvesse em laboratório, e num futuro de ficção científica, o homem não precisasse mais preservar nem a Amazônia - a ciência nos forneceria o necessário à vida, ainda que a terra inteira estivesse urbanizada, ou desertificada, tanto faz.

Neste caso, a inutilidade da onça pintada, dos gorilas, do boto, dos golfinhos e todo o seu ecossistema estaria mais do que provada. Danem-se os bichos e suas exigências tão antifuncionais, nós somos os reis da criação. Viveremos muito bem com galinhas de granja, verduras de estufa e gado sintético. Um mundo mais limpo. Mais asfaltado. O clima regulado por satélites. Não vai ser bom?

Mas, instintivamente, esta idéia nos provoca horror. Não é racional, o horror. Talvez chegue mesmo o dia em que a humanidade não precise da natureza em estado bruto para sobreviver.

No entanto, acho que não poderemos sobreviver sem ela. As reservas naturais, mesmo para quem nunca saiu de um apartamento na avenida Paulista, são reservas do nosso imaginário. Mesmo quem nunca pisou na Antártida ou

na Amazônia sabe que habita um planeta onde vivem araras e pinguins, onde existem grandes florestas e grandes geleiras, onde nem tudo tem a cara da nossa civilização.

Reservas de escuridão - já pensaram que a escuridão total, completa, de uma noite sem lua e sem estrelas, é quase uma desconhecida para a maioria de nós?

PRECISAMOS DAS RESERVAS NATURAIS COMO RESERVAS DE MISTÉRIO, DE DESCONHECIDO, RESERVAS PARA NOSSO FASCÍNIO E NOSSO MEDO.

Reservas de silêncio, como no deserto. Reservas de cheiros estranhos, que nos remetem a um mundo sem humanidade, o mundo das nossas origens perdidas no tempo. Reservas de memória, da memória da espécie, impossível de se guardar em computador. Reservas para o inconsciente. Reservas de humildade, onde devemos ser lembrados da insignificância de nossa condição no universo. Reservas de instintos, de pulsões, de fúria, de desamparo.

Nós não seríamos humanos se não existissem as grandes reservas naturais.

Maria Rita Kehl é psicanalista, ensaísta e autora de "A Mínima Diferença" e "Ensaio" (ed. Imago).

Agenda

• Audiência Pública para licenciamento da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto. *Ribeira, SP. Dia 11/4* - Depois de três anos, o polêmico projeto da Companhia Brasileira de Alumínio volta à baila.

• O Programa de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Amapá. *São Paulo, SP. Dia 18/4* - Debate promovido pelo Instituto de

Estudos Avançados, da USP, com o governador João Alberto Capiberibe. Informações: 011 818-3919 ou 818-4442.

• Curso de Administração e Manejo de Unidades de Conservação. *Belo Horizonte, MG. Inscrições até 1/5* - Promovido pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG), em parceria com a UEMG. Informações: 031 330-7030.